



POLÍTICA DE ALÇADAS

Política de Alçadas

1. OBJETIVO

1.1. A presente Política de Alçadas tem por objetivo estabelecer responsabilidades e fixar limites de alçadas no processo de aprovação e execução de operações da Monteiro Aranha S.A. e suas Controladas, em observância ao Estatuto Social da Companhia e às demais políticas e normas internas.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Para todos os fins e efeitos desta Política, as definições iniciadas em letra maiúscula têm os significados que lhes são atribuídos a seguir:

“Administrador(es)”: significa os membros do Conselho de Administração, os membros da Diretoria e os membros de quaisquer outros Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia e de suas Controladas;

“Alçada”: significa o limite financeiro conferido aos Colaboradores e Administradores para aprovar um pleito ou questão;

“Aprovação”: significa a ação formal tomada por quem possui a devida Competência em relação a um pleito ou questão;

“Colaborador(es)”: significam todos os empregados, executivos, *trainees*, estagiários e jovens aprendizes da Companhia e de suas Controladas;

“Companhia”: significa a Monteiro Aranha S.A.;

“Competência”: significa a capacidade funcional que um Colaborador ou Administrador tem de decidir um pleito ou questão;

“Conselho de Administração”: significa o Conselho de Administração da Companhia;

“Controlada(s)”: significa toda e qualquer Entidade que detenha, diretamente ou através de outras controladas, direitos de sócio que lhe assegure, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores, nos termos do artigo 243, §2º, da Lei das Sociedades por Ações;

“Delegação de Alçada”: significa a ação formal temporária e em caráter excepcional por meio da qual o Colaborador transfere poderes específicos a outro Colaborador para Aprovação de operações relativas aos processos sob sua responsabilidade;

“Diretoria”: significa os diretores estatutários da Companhia;

“Estatuto Social”: significa o estatuto social da Companhia, que regulamenta as regras de organização e funcionamento da Companhia;

“Lei das Sociedades por Ações”: significa a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

“Matriz”: significa o Anexo I – Matriz de Alçadas e de Execução desta Política;

“Orçamento Anual”: tem o significado atribuído na Cláusula 4.4. (i) abaixo;

“Orçamento Revisado”: tem o significado atribuído na Cláusula 4.4. (i) abaixo;

“Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas”: significam os comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia; e

“Política”: significa a presente Política de Alçadas da Companhia.

3. ABRANGÊNCIA

3.1. Esta Política se aplica aos Administradores e aos Colaboradores da Companhia e suas Controladas.

3.2. É responsabilidade dos Administradores e dos Colaboradores conhecer e aplicar integralmente as regras e diretrizes estabelecidas nesta Política.

4. DIRETRIZES

4.1. Os níveis hierárquicos da Companhia e suas Controladas envolvidos nesta Política são:

- (i) Conselho de Administração;
- (ii) Diretoria;
- (iii) Diretores; e
- (iv) Gerentes.

4.2. Aos gestores da Companhia e de suas Controladas são atribuídas autonomia e responsabilidade visando a permitir que desenvolvam suas funções de maneira compatível com seus cargos, de tal forma que possam tomar decisões nas matérias sob suas competências, baseando-se em suas experiências e conhecimentos.

4.3. Todas as aprovações deverão obedecer estritamente aos níveis hierárquicos definidos pela Companhia e suas Controladas.

4.4. Toda e qualquer Aprovação deve seguir as seguintes diretrizes:

- (i) Ser realizada na forma prevista em orçamento anual (“Orçamento Anual”), ou em revisões realizadas ao longo do exercício social (“Orçamento Revisado”), devidamente aprovados pelos órgãos da administração da Companhia e suas Controladas;
- (ii) Ser realizada sempre no interesse da Companhia e suas Controladas, respeitando as Alçadas e Competências apresentadas na Matriz; e
- (iii) Ser formalizadas de forma eletrônica, quando aplicável, ou através de documentação física devidamente assinada.

4.5. Itens não previstos ou que, se executados, venham a ultrapassar os limites aprovados no Orçamento Anual ou Revisado, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), deverão ser submetidos previamente à aprovação da Diretoria, e o que ultrapassar este limite de valor deverá ser submetido previamente à aprovação do Conselho de Administração.

4.6. Na hipótese de haver algum potencial conflito de interesse envolvendo algum Administrador ou Colaborador com Competência em alguma Aprovação, este deverá se abster da discussão e tomada de decisão em relação à Aprovação, sendo a respectiva Aprovação submetida à Alçada imediatamente superior ou, no caso de Alçadas colegiadas (Diretoria e Conselho de Administração), submetida aos demais membros do colegiado.

4.7. Em nenhuma circunstância, Administradores ou Colaboradores investidos de Competência podem aprovar dispêndios próprios (autoaprovação) devendo, nesses casos, encaminhar seus documentos à aprovação do superior imediato ou, no caso de diretores, submetê-los à aprovação de outro diretor.

4.8. Os Administradores e Colaboradores só devem efetuar Aprovações sob sua Competência nos termos da Matriz.

4.9. Na hipótese de vacância (temporária ou permanente) de Administrador ou Colaborador ou extinção de cargo e/ou nível hierárquico com Alçada prevista nesta Política, o processo de aprovação deverá ser submetido à Alçada imediatamente superior.

4.10. A Delegação de Alçada somente deve ocorrer em caráter excepcional, decorrente de situações em que o aprovador responsável esteja impossibilitado de executá-la. A Alçada deverá ser delegada para o nível superior e, em caso de diretor, para outro diretor. Excetua-se os casos cujas Competências sejam delegadas pela Diretoria a procuradores com poderes específicos.

4.11. A consulta à Matriz para identificação da Alçada e Competência deve sempre levar em consideração o total envolvido na transação. É expressamente vedada a decomposição do valor total de qualquer item constante na Matriz em parcelas menores, com o objetivo de adequá-las a um limite de Alçada em nível inferior.

4.12. Toda e qualquer assinatura de contratos deve seguir as seguintes diretrizes:

- (i) Todos os contratos deverão ser avaliados pela Diretoria do Jurídico, Governança e Compliance da Companhia, independentemente do seu valor;
- (ii) Todo contrato firmado pela Companhia e suas Controladas e a respectiva contraparte deverá ser assinado por seus representantes legais, depois de aprovado pela Diretoria ou Conselho de Administração, respeitando as disposições da Matriz; e
- (iii) Casos em que sejam gerados termos aditivos contratuais, que venham elevar o valor do contrato ou do pedido de compra original, implicarão, necessária e consequentemente, em novo fluxo de aprovação, devendo-se seguir as disposições da Matriz para o novo valor estabelecido, considerando o documento original e seus respectivos termos aditivos.

4.13. Alterações em um contrato (ou qualquer de seus anexos) que não produzam efeitos sobre os termos e condições comerciais, prazos, riscos, restrições, obrigações, nível de serviço e objeto originalmente pactuados, e que não modifiquem o valor total do contrato, podem ser ajustados por meio de termos aditivos que deverão ser assinados por representantes legais da Companhia e de suas Controladas, sem a necessidade de novo fluxo de aprovação. Os Colaboradores só devem efetuar Aprovações sob sua Competência e respeitando as disposições da Matriz.

4.14. Toda e qualquer autorização de desembolso deve seguir as seguintes diretrizes:

- (i) As aprovações de desembolso devem respeitar a Matriz e os procedimentos internos relacionados à aprovação de desembolso que estabelecem as diretrizes, critérios e responsabilidades para o processo de aquisição de materiais, bens e contratação de serviços (p.ex.: cotação de preços, idoneidade e capacidade técnica do fornecedor ou do prestador de serviços etc.);
- (ii) Desembolsos operacionais de caráter legal ou regulatório, tais como pagamento de taxas, impostos, encargos trabalhistas, serviços de publicidade legal, uma vez validados pelos gerentes das respectivas áreas, serão submetidos à autorização para pagamento observando as alçadas constantes na Matriz;
- (iii) Desembolsos relacionados às obrigações assumidas com instituições financeiras, tais como empréstimos, financiamentos, debêntures, etc., que estejam em total conformidade com o que foi contratado pela Companhia ou por suas Controladas e uma vez validados pelo responsável financeiro, independentemente de valor, serão submetidos à aprovação de dois diretores ou da Diretoria; e
- (iv) As operações referentes a aplicações financeiras em renda fixa ou em fundos de investimentos em renda fixa aprovados na Política de Investimentos de Caixa da Companhia devem obedecer as alçadas constantes na Matriz e na Política de Investimentos de Caixa.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 5.1.** As violações ao disposto nesta Política sujeitarão ao infrator as sanções previstas no Código de Ética e Conduta da Companhia.
- 5.2.** Esta Política pode ser alterada, sempre que necessário, por deliberação dos membros do Conselho de Administração.
- 5.3.** Qualquer dúvida de interpretação desta Política será esclarecida pela Diretoria do Jurídico, Governança e Compliance. Os casos omissos serão analisados pela Diretoria e submetidos à deliberação pelo Conselho de Administração.
- 5.4.** No caso de conflito entre as disposições desta Política e do Estatuto Social, prevalecerá o disposto no Estatuto Social e, em caso de conflito entre as disposições desta Política e da legislação e/ou regulamentação vigentes, prevalecerá o disposto na legislação e/ou regulamentação vigente, conforme o caso.
- 5.5.** Caso qualquer disposição desta Política venha a ser considerada inválida, ilegal ou ineficaz, essa disposição será limitada, na medida do possível, para que a validade, legalidade e eficácia das disposições remanescentes desta Política não sejam afetadas ou prejudicadas.
- 5.6.** A presente Política entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e vigorará por prazo indeterminado.

Título		
Política de Alçadas		
Órgão aprovador	Versão n.º	Data de aprovação
Conselho de Administração	Versão n.º 1	21/12/2021
Conselho de Administração	Versão n.º 2	14/02/2023

ANEXO I

MATRIZ DE ALÇADAS - APROVAÇÃO E COMPETÊNCIAS

APROVAÇÃO				
MATÉRIAS	GERENTE	2 (DOIS) DIRETORES	REUNIÃO DA DIRETORIA	REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Realização de novos investimentos ou adições em investimentos já existentes (Nota 1)			Até 10% do capital social integralizado.	Acima de 10% do capital social integralizado.
Contratação ou rolagem de operação de endividamento de curto ou longo prazo, incluindo condições comerciais e contratuais (Nota 1)			Até 10% do capital social integralizado.	Acima de 10% do capital social integralizado.
Alienação de bens do ativo não circulante (Nota 1)			Até 5% do capital social integralizado.	Acima de 5% do capital social integralizado.
Dissolução, liquidação e baixa de controlada ou coligada (Nota 1)			Até 5% do capital social integralizado.	Acima de 5% do capital social integralizado.
Constituição de ônus reais, prestação de garantias pela Companhia, em seu nome ou de terceiros, incluindo suas condições comerciais e contratuais (Nota 1)			Até 5% do capital social integralizado.	Acima de 5% do capital social integralizado.
Contratação de auditoria externa e de seguro D&O, incluindo suas condições comerciais e contratuais				Independentemente do valor.

Aquisição de bens (inclusive ativo fixo) e contratação de serviços operacionais (tais como treinamentos), incluindo condições comerciais e contratuais (Notas 1, 2 e 3)	Até R\$10.000,00.	Até R\$100.000,00.	Até R\$1.000.000,00.	Acima de R\$1.000.000,00.
Contratação de serviços de consultoria, incluindo condições comerciais e contratuais (Notas 1 e 3)		Até R\$100.000,00.	Até R\$1.000.000,00.	Acima de R\$1.000.000,00.
Aluguel de imóveis (considerando a Companhia ou suas Controladas como parte locatária), incluindo condições comerciais e contratuais (Nota 4)			Até R\$1.000.000,00.	Acima de R\$1.000.000,00.
Concessão de presentes, brindes, convites e hospitalidades a terceiros (Nota 3)		Até R\$1.000,00 por brinde individual limitado a R\$50.000,00 em valor total de brindes em um ano.	Acima de R\$1.000,00 por brinde individual limitado a R\$50.000,00 em valor total de brindes em um ano.	Acima de R\$50.000,00 por ano.
Concessão de contribuições e doações (Notas 1, 3 e 5)			Até R\$1.000.000,00 por ano.	Acima de R\$1.000.000,00 por ano.

MATRIZ DE EXECUÇÃO - VALORES E COMPETÊNCIAS

Após a aprovação da alçada competente, a execução deve ser realizada da forma abaixo:

CONTRATAÇÃO EFETIVA

MATÉRIAS	DIRETOR DE FINANÇAS E RI	2 (DOIS) DIRETORES	REUNIÃO DA DIRETORIA	REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Assinatura dos contratos aprovados		Independentemente do valor.		

AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE VENDA DE ATIVO NÃO CIRCULANTE (ORDEM DE VENDA)

Ordem de venda		Independentemente do valor.		
----------------	--	-----------------------------	--	--

AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO FINANCEIRO (DESEMBOLSO BANCÁRIO)

Novos investimentos ou adições em investimentos já existentes	Até R\$10.000,00.	Acima de R\$10.000,00.		
Auditoria externa, seguro D&O	Até R\$10.000,00.	Acima de R\$10.000,00.		
Bens (inclusive ativo fixo) e serviços operacionais (inclusive treinamentos) (Nota 6)	Até R\$10.000,00.	Acima de R\$10.000,00.		
Serviços de consultoria (Nota 6)	Até R\$10.000,00.	Acima de R\$10.000,00.		
Aluguel de imóveis (considerando a Companhia ou suas Controladas como parte locatária) (Nota 4)	Até R\$10.000,00.	Acima de R\$10.000,00.		

Presentes, brindes, convites e hospitalidades a terceiros (Nota 6)	Até R\$10.000,00.	Acima de R\$10.000,00.		
Contribuições e doações (Nota 6)	Até R\$10.000,00.	Acima de R\$10.000,00.		

OPERAÇÕES DA TESOURARIA				
Realizar investimentos ou resgates de aplicações financeiras em renda fixa ou em fundos de investimentos em renda fixa aprovados na Política de Investimentos de Caixa		Independentemente do valor.		

NOTAS EXPLICATIVAS:

Nota 1: Limites consideram valor em cada operação ou conjunto de operações realizadas no decurso do mesmo período anual.

Nota 2: A contratação de treinamentos também deverá ser aprovada pela área de Recursos Humanos.

Nota 3: Limites por Item/Contratação. Sempre respeitando os limites totais do Orçamento Anual ou do Orçamento Revisado (se houver).

Nota 4: No caso de aprovação de aluguel de imóveis, será considerado o valor total do contrato. No caso de autorização para pagamento, será considerado o valor mensal do contrato.

Nota 5: Os valores das contribuições e doações estabelecidos na matriz de alçada incluem as contribuições e doações tanto anuais, aprovadas pelo Conselho de Administração, quanto pontuais, solicitadas no curso do exercício social e observada a alçada da matriz.

Nota 6: Limites por desembolso.